

**O GUIA DOS CANDIDATOS SOBRE
A CAPTURA CORPORATIVA NAS
INSTITUIÇÕES DA UE – E O QUE
FAZER PARA A EVITAR**



**Corporate
Europe
Observatory**

CONTENTS

As sete principais incursões no poder dos lobistas empresariaises	03
1.ª Incursão: Os grandes planos são feitos com as grandes empresas	05
2.ª Incursão: A coordenação de projectos da UE favorável às empresas – o desastre da Covid	07
3.ª Incursão: Marca evidente das empresas nas novas leis da Comissão	09
4.ª Incursão: Grupos de pressão nos ministérios e nos grupos de trabalho do Conselho	11
5.ª Incursão: Exércitos de lobistas mobilizam-se no Parlamento Europeu	13
6.ª Incursão: Lobistas encarregados da implementação	15
7.ª Incursão: As empresas alegam “concorrência” para impedir regras que lhes desagradam	17
Está na hora de acabar com a captura corporativa	19
O que pode você fazer?	20
Contactos	21

O GUIA DOS CANDIDATOS SOBRE A CAPTURA CORPORATIVA NAS INSTITUIÇÕES DA UE – E O QUE FAZER PARA A EVITAR

As sete principais incursões no poder dos lobistas empresariais

Das alterações climáticas ao custo de vida, passando pelos produtos químicos tóxicos, são mais evidentes do que nunca os graves danos causados pelos grupos de pressão das empresas, que dominam o processo de tomada de decisões de uma série de formas subtis – um fenómeno conhecido como captura corporativa.

Nos últimos anos, vimos as chamadas “Big Tech” ganhar a batalha **inteligência artificial**, tornando o público vulnerável a incursões na privacidade, discriminações e desinformação. Vimos o *lobby* do gás conseguir que a União Europeia nos prendesse a **novas infraestruturas** gás, agravando a crise climática e a crise do custo de vida. Vimos a indústria farmacêutica obter lucros enormes com a COVID-19 e impedir **medidas de partilha de tecnologia** destinadas a defender a saúde pública. E vimos os lobistas do agronegócio e da indústria química e os seus aliados entre membros da Comissão, deputados do Parlamento Europeu e líderes governamentais **sabotarem iniciativas cruciais** sobre os produtos químicos e a redução de pesticidas.

La A captura corporativa debilita a democracia a vários níveis e conduz a uma UE que põe os lucros à frente das pessoas e do planeta.

Este guia destina-se aos candidatos e descreve as principais incursões no poder dos lobistas empresariais, oferecendo propostas sobre o que podemos fazer para defender o processo de decisão democrático da captura corporativa.

Para compreendermos o processo de tomada de decisões nas instituições da UE – e onde e como se torna vulnerável à captura empresarial – temos de esclarecer o funcionamento mundo dos lobistas empresariais. De acordo com a contagem mais recente, há 35 mil lobistas que trabalham profissionalmente para influenciar a tomada de decisões. A maior parte deles trabalha para grandes empresas como a Amazon, a Shell ou a Bayer, quer directamente para a própria empresa, quer como lobista de uma associação comercial, quer como contratado de uma agência de *lobbying* – as chamadas empresas de assuntos públicos. Os seus orçamentos combinados chegam às centenas de milhões, talvez milhares de milhões de euros. Ninguém sabe ao certo este valor, e isso é parte do problema.

Desde 1997, o Corporate Europe Observatory (CEO), um observatório de lobbies sediado em Bruxelas, tem investigado e feito campanhas sobre o enorme poder de que gozam os lobbies das grandes empresas na UE. Denunciámos uma série de escândalos relacionados com lobbies, tais como a forte influência do agronegócio sobre a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos; o papel do *lobby* financeiro na introdução de regulamentação deficiente antes da crise financeira de 2008; e o escândalo Dalligate sobre o *lobby* do tabaco. Todos os anos, temos trabalhado em novos escândalos. Apesar de alguns êxitos, de um modo geral, o problema intensificou-se. É por isso que temos de aplicar medidas corajosas para fazer recuar a “captura corporativa” dos processos de decisão.

Presentes em todas as fases do processo de decisão

Os grupos de pressão das empresas são, desde há muito, os mais influentes participantes nos jogos de poder das instituições da UE, de tal forma que, em muitos casos, dominam a tomada de decisões. Isto não é apenas o resultado do seu peso estrutural nas nossas economias, mas uma consequência específica do seu investimento maciço no poder de ataque do *lobbying*. O seu investimento é muito superior e ultrapassa em número outros interesses, como os dos sindicatos, os das ONG ambientais e os dos grupos de proteção dos consumidores. Além disso, as empresas e os seus grupos de pressão têm um acesso privilegiado aos funcionários da Comissão, aos deputados europeus e aos governos, que estão presos a uma ideologia ultrapassada que parte do princípio de que o que é bom para as grandes empresas é inevitavelmente bom para a Europa.

O seu acesso privilegiado aos decisores e os seus recursos esmagadores significam frequentemente que os representantes das grandes empresas são o único fator presente em todas as fases do processo de decisão:

- São convidados a juntar-se à Comissão na concepção ou elaboração das grandes estratégias globais em sectores inteiros da economia.
- Participam nos chamados grupos de peritos para ajudar a Comissão a preparar nova legislação.
- Lançam campanhas nas capitais europeias para que os governos dos Estados-Membros ajudem a promover os seus interesses em Bruxelas, incluindo o *lobbying* junto dos funcionários dos grupos de trabalho sigilosos do Conselho da UE.
- No Parlamento Europeu, aparecem quando está em cima da mesa uma lei relacionada com os seus interesses – ou seja, quase sempre. Nalguns casos, as empresas mobilizam um exército de lobistas para bater à porta dos deputados europeus durante meses.
- Por último, os grupos de pressão também podem influenciar a forma como a legislação da UE é implementada e aplicada.

A captura corporativa: uma ameaça à democracia

Quando olhamos para o conjunto destas incursões dos grupos de pressão das empresas, o que se torna claro é o seu domínio absoluto na tomada de decisões, o que constitui uma ameaça para a democracia e para o interesse público. A captura corporativa é um problema que tanto os cidadãos como os deputados europeus têm de enfrentar. Em todos os mandatos eleitorais, assistimos a vitórias políticas significativas dos lobbies das empresas graças à sua capacidade de exercer influência nas instituições da UE. Este facto não só prejudica a democracia, como abre caminho à poluição tóxica, a políticas climáticas fracas, à implantação perigosa da IA, a ataques aos direitos sociais e muito mais.

Há outra consequência preocupante. Quando a UE está mais atenta às necessidades das empresas do que dos seus próprios cidadãos, isso alimenta a desconfiança, a raiva e um sentimento de impotência. Esta situação cria um terreno fértil para as teorias da conspiração e para o recrutamento pela extrema-direita, que se apresenta aos eleitores revoltados como uma “alternativa” ao sistema atual, sem oferecer, na realidade, qualquer empoderamento ou soluções reais. A situação não podia ser mais perigosa.

Abaixo apresentamos exemplos de sete dessas “incursões no poder” em diferentes níveis e fases do processo de decisão (incluindo as cinco referidas acima) e indicamos como os deputados ao Parlamento Europeu podem colocar o processo de decisão num caminho mais democrático, sem a influência indevida dos lobbies empresariais.

1.ª INCURSÃO: OS GRANDES PLANOS SÃO FEITOS COM AS GRANDES EMPRESAS

Sempre que a UE enfrenta um grande desafio, ou quando estão prestes a ser feitos novos planos arrojados sobre o seu desenvolvimento futuro, os poderosos grupos de pressão das empresas são rápidos a explorar a oportunidade – e a Comissão solicita-lhes muitas vezes conselho, activamente.

Por exemplo, quando a Rússia invadiu ilegalmente a Ucrânia em Fevereiro de 2022, a UE decidiu rapidamente reduzir a sua dependência excessiva do gás russo. Poderia tê-lo feito através da expansão das energias renováveis genuínas e da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, mas a Comissão concentrou-se sobretudo na expansão das suas infra-estruturas de gás e na diversificação dos fornecimentos de outros países. Isto pouco fez para reduzir a crise do custo de vida, a subir em flecha devido aos custos elevados dos combustíveis. Há uma ligação entre a dependência do gás e o pico dos preços da energia que afectou gravemente os meios de subsistência das pessoas, sobretudo em 2022 e 2023.

Esta expansão do gás deveu-se, em grande parte, aos conselheiros que a Comissão escolheu para abordar a questão do aprovisionamento energético. A Mesa Redonda Europeia da Indústria – um clube para os directores executivos de algumas das maiores empresas da Europa – reuniu-se com a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, quatro vezes em Março de 2022. Em duas dessas reuniões, os directores executivos da TotalEnergies, Shell, BP e E.on disseram-lhe para criar um “grupo de trabalho” para determinar quais as medidas da UE que eram “viáveis” aos olhos da indústria. Pouco depois, Von der Leyen **anunciou isso mesmo**. Este órgão consultivo, o Grupo Consultivo da Plataforma Energética da UE, era dominado por **executivos da indústria petroléira e do gás**, de empresas com interesse em construir mais infra-estruturas de gás e em aumentar a dependência da Europa do gás. Assim, num contexto de catástrofe climática global em rápida evolução e numa altura em que a dependência dos combustíveis fósseis tornava muito difícil para milhões de europeus pagar as contas da energia doméstica, a indústria dos combustíveis fósseis conseguiu outra vez ditar a agenda. Apesar de estarmos em plena crise de custo de vida, que se deve em grande parte ao facto de os preços do mercado energético da UE serem fixados ao nível da forma de energia mais cara (neste caso, o gás), os nossos governos e a Comissão não hesitaram em prender-nos a um consumo ainda maior de gás no futuro. No geral, o



**DE COMO A
INDÚSTRIA DOS
COMBUSTÍVEIS
FÓSSEIS
SE TORNOU
CONSELHEIRA DE
TOPO EM MATÉRIA
DE GÁS APÓS
A INVASÃO DA
UCRÂNIA**



plano para reduzir radicalmente a dependência do gás fóssil russo não se tornou uma oportunidade para acelerar uma transição ecológica, mas sim uma desculpa para construir mais infra-estruturas de gás e importar mais gás de outras fontes.

Estes acontecimentos não foram casos isolados, mas parte de um padrão. Os grandes planos são feitos com as grandes empresas. Os cidadãos europeus manifestam regularmente grande preocupação com os impactos dos produtos químicos tóxicos na saúde e na biodiversidade. Contudo, em 2023, esta Comissão recuou na promessa de reforçar a regulamentação da UE em matéria de produtos químicos. Em vez disso, a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e o primeiro-ministro belga (que detinha a Presidência do Conselho) reuniram-se numa espécie de **Cimeira em Antuérpia**, em Fevereiro de 2024, organizada pelo grupo de *lobby* da indústria química, o CEFIC, para discutir uma nova estratégia industrial para a UE, um “Pacto Industrial” que reduziria a regulamentação destes produtos tóxicos e ofereceria ajudas públicas e uma flexibilização das regras ecológicas (ver caixa sobre o Pacto Ecológico Europeu abaixo).



2.^a INCURSÃO: A COORDENAÇÃO DE PROJECTOS DA UE FAVORÁVEL ÀS EMPRESAS – O DESASTRE DA COVID

A UE não é só uma máquina para produzir leis comuns – as instituições também coordenam as respostas entre Estados-Membros, assegurando, por exemplo, vacinas e outros fornecimentos médicos durante a pandemia de Covid. A indústria farmacêutica (a chamada “Big Pharma”) foi apresentada como um dos heróis da pandemia, mas na realidade o seu poder foi um grande obstáculo à saúde pública e à equidade das vacinas a nível mundial.

As negociações entre a Comissão e os maiores produtores – sobretudo a Pfizer – sobre o fornecimento de vacinas foram, em momentos cruciais, conduzidas pela presidente da Comissão Von der Leyen, e **envoltas em secretismo**. Há indícios de que esta abordagem terá conduzido a preços mais elevados e a acordos desfavoráveis para os Estados-Membros, mas a falta de transparência impediu-nos de obter uma resposta definitiva a esta e a outras questões fundamentais. O Procurador-Geral Europeu iniciou uma investigação sobre o papel de Von der Leyen na negociação de um mega-contrato com a Pfizer, em Abril de 2021, que contornou os procedimentos habituais, que deveriam ter envolvido uma equipa de negociação da UE mais ampla e os governos dos Estados-Membros. A Comissão continua a recusar-se a divulgar a correspondência por SMS de Von der Leyen com o diretor executivo da Pfizer, Albert Bourla. A falta de transparência não só permitiu que as grandes empresas farmacêuticas resistissem à responsabilização e ao controlo, como teve também o efeito secundário de alimentar teorias da conspiração inúteis e minar a confiança do público.

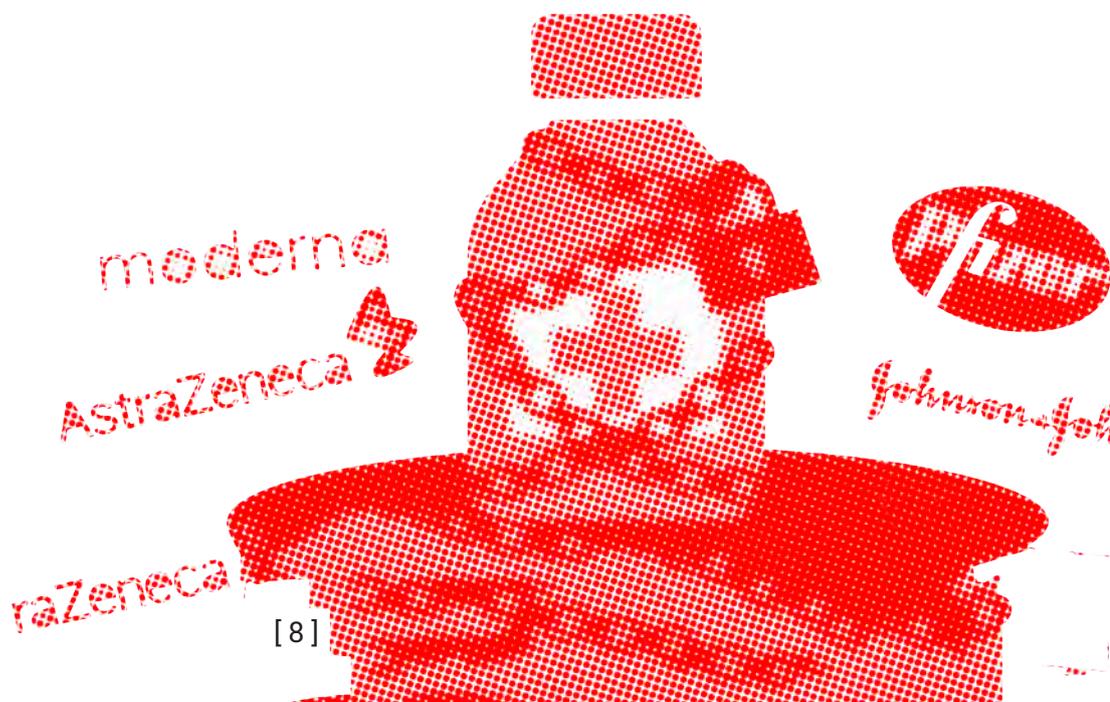
Na altura da pandemia, a Comissão estabeleceu uma cooperação estreita com as maiores empresas farmacêuticas e o seu grupo de pressão, a EFPIA. De Março de 2020 a Maio de 2021, os Comissários ou o seu pessoal de alto nível (gabinetes) tiveram 44 reuniões com empresas farmacêuticas individuais e mais 117 encontros com **grupos de lobby do setor farmacêutico**.

Esta proximidade entre a Comissão e as grandes empresas farmacêuticas reflectiu-se na posição da UE relativamente às patentes de vacinas.

DE COMO OS
INTERESSES DAS
GRANDES EMPRESAS
FARMACÊUTICAS
NEGLIGENCIARAM A
SAÚDE PÚBLICA – E
O ERÁRIO PÚBLICO

Em Abril de 2020, nos primeiros dias da pandemia, a presidente da Comissão Von der Leyen declarou que as vacinas contra a Covid deveriam ser tratadas como um **bem público universal**, acessíveis a todos os que delas necessitassem. Mas estas promessas foram traídas, tanto nos contratos de vacinação da UE com as grandes empresas farmacêuticas como nas negociações mundiais sobre a possibilidade de os países do Sul global produzirem eles próprios as vacinas, enquanto genéricos a preços acessíveis. Em vez disso, a UE tornou-se o inimigo mundial número um da partilha de tecnologia. Abandonou a abordagem do bem público global e, em vez disso, fez o que a indústria farmacêutica exigia: tratou as vacinas como monopólios privados pertencentes a um punhado de empresas. O resultado foi uma escassez desastrosa de vacinas que impediu as pessoas mais pobres do mundo de serem vacinadas. Os países africanos, em particular, sofreram por causa desta injustiça. Um **estudo** concluiu que a falta de partilha de tecnologia pode ter sido “parcialmente responsável por centenas de milhares de mortes em 2021” em países de baixo rendimento.

Encontramos um padrão semelhante quando se trata de gastar dinheiro em projectos energéticos – um tema sensível na era das alterações climáticas. Há muitos anos que a Comissão atribui a **um papel privilegiado** na escolha dos projectos energéticos que receberão apoio financeiro dos fundos públicos. E, nos últimos anos, este padrão repetiu-se com o hidrogénio, que a indústria do gás colocou no centro da política energética da UE, alegando que é “limpo”, apesar de, na sua maioria ser, produzido com gás fóssil. A **Aliança Europeia Para o Hidrogénio** dominada pela indústria do gás, tem o privilégio de seleccionar projectos para receberem fundos públicos.



3.^a INCURSÃO: MARCA EVIDENTE DAS EMPRESAS NAS NOVAS LEIS DA COMISSÃO

Sendo a Comissão a única instituição que pode apresentar propostas de nova legislação, o cenário de sonho para um lobista é aproximar-se do processo de redação. E, em inúmeros casos, para os lobistas das grandes empresas, isso não é um problema: são activamente convidados a acrescentar a sua marca às propostas legislativas, logo desde o início.

Os grupos consultivos que a Comissão cria para a ajudar a preparar novas leis – entre outras coisas – são normalmente designados por “grupos de peritos”, embora possam tomar outros nomes. No caso da inteligência artificial (IA), para preparar a regulamentação europeia, a Comissão **criou um grupo** de orientação dominado por representantes das empresas, quase metade dos quais pertencentes a empresas tecnológicas. Posteriormente, fontes especializadas afirmaram que quaisquer propostas de regras estritas para a IA, no seu lado problemático, foram rejeitadas pelos membros do sector e que, em vez disso, estes insistiram na auto-avaliação das suas tecnologias por parte das empresas.

acto que as auto-avaliações se tornaram uma parte essencial da proposta da Comissão para uma Lei da IA. Não são boas notícias. Embora a IA ofereça oportunidades, há também muitos riscos – com grandes impactos potenciais na privacidade, na discriminação e nos direitos humanos. A par dos riscos sócio-económicos, há riscos associados à automatização, por exemplo, no que diz respeito às armas. É vital que estas tecnologias emergentes sejam reguladas democraticamente, de acordo com o interesse público, e não pelas grandes empresas tecnológicas, sejam elas de Silicon Valley ou da Europa.

A auto-regulação é uma proposta habitual dos grupos de pressão, e é tão preocupante como a raposa oferecer-se para tomar conta do galinheiro. Quando as empresas são deixadas a regular-se a si próprias, tendem a contornar as regras, a subestimar os problemas e a dar prioridade aos seus próprios interesses financeiros. Pode mesmo abrir a porta à fraude, como no caso dos veículos da Volkswagen, que foram manipulados para fugir às normas de emissões, **escândalo do Dieselgate**.

Não só os lobistas das empresas têm muitas vezes o privilégio de ajudar a Comissão a preparar novas propostas, como também têm, por vezes, utilizado as suas posições em grupos de peritos para persuadir a Comissão a não actuar. Por exemplo, em 2006, um grupo de peritos dominado por **fundos de investimento** aconselhou, com sucesso, a Comissão a não

**DE COMO OS
LOBISTAS DAS BIG
TECH**

**SE FIZERAM PASSAR
POR PERITOS
E CO-ESCREVERAM
O PROJECTO DE LEI
SOBRE A IA**

propor regulamentação financeira da UE, o tipo de regras que teria ajudado a prevenir a crise financeira de 2008. A UE continuou a consultar o mesmo tipo de peritos quando elaborou os seus planos para enfrentar essa mesma crise.

Hoje em dia, há ainda mais mecanismos que podem ser usados para travar iniciativas regulamentares antes de estas verem a luz do dia. No âmbito do programa chamado “Legislar melhor” e da sua ênfase no mecanismo imperfeito das “avaliações de impacto”, a Comissão proporcionou aos lobbies das empresas oportunidades para bloquear o progresso. Por exemplo, o *lobby* dos produtos químicos, o CEFIC, encomendou a sua própria avaliação de impacto, que se referia em termos alarmistas **às consequências dos lucros da indústria** de uma regulamentação mais rigorosa dos produtos químicos, ignorando os benefícios para a saúde e o ambiente. O estudo do CEFIC ajudou a enquadrar o debate mediático e político sobre os planos da Comissão e, em última análise, a Comissão desistiu de publicar uma proposta para reforçar o principal regulamento da UE relativo aos produtos químicos, o REACH (Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas). E como só a Comissão pode apresentar propostas relacionadas com a legislação, a tão necessária revisão do REACH foi relegada para segundo plano.

4.^a INCURSÃO: GRUPOS DE PRESSÃO NOS MINISTÉRIOS E NOS GRUPOS DE TRABALHO DO CONSELHO

Uma vez publicado um projecto de lei da Comissão, este tem de ser discutido pelos governos dos Estados-Membros no Conselho e pelo Parlamento Europeu. No Conselho, isto acontece entre os ministros no final das conversações, mas primeiro as propostas passam pelos funcionários públicos dos cerca de 150 grupos de trabalho do Conselho. Aqui, os lobistas empresariais são convidados frequentes. **Uma análise** d'onde apenas um destes grupos, o “Grupo de Trabalho do Conselho para a Competitividade e o Crescimento” – que trata de leque vasto de legislação da UE, incluindo do domínio digital e da política industrial, abordando, por exemplo, a privacidade de dados ou a regulamentação ambiental – revelou que a participação das empresas ao longo de um período de dois anos ultrapassou as ONG e os sindicatos por um factor de 13.

A isto, acresce o *lobbying* que tem lugar nas capitais dos Estados-Membros, por exemplo, quando a indústria automóvel alemã faz com que o **governo alemão de combate lute contra tudo o que afete os seus interesses** com consequências terríveis para as tentativas de tornar os transportes mais ecológicos. Ou quando o Governo francês exerce **uma forte pressão** para apoiar a indústria nuclear, nomeadamente a nacional.

Influenciar o Conselho também pode ser uma forma de criar coligações poderosas além-fronteiras. Alguns grupos de pressão de empresas conseguem trabalhar nas capitais dos Estados-Membros para formar uma coligação contra ou a favor de legislação comunitária específica, e são muitas vezes eficazes. Por exemplo, a Confederação Dinamarquesa da Indústria trabalhou com sucesso com o Governo dinamarquês para criar uma rede europeia de lobbies e governos, a fim **de diluir uma proposta** conhecida como a “Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade”, que visa impedir que as empresas europeias actuem em violação dos direitos humanos nos seus países e no estrangeiro.



**DE COMO O
CONSELHO PREFERE
OS LOBISTAS
DAS EMPRESAS
QUANDO PENSA EM
LEGISLAR**

Outro exemplo transfronteiriço é a luta de longa data para dar aos trabalhadores das plataformas de Internet os mesmos direitos que os trabalhadores por conta de outrem, objecto de propostas que foram já derrotadas duas vezes. Na segunda vez, os governos francês e alemão – devido a ligações várias à indústria tecnológica – impediram a UE de adoptar uma definição de “trabalhador” que teria reconhecido milhões de trabalhadores de plataformas como aquilo que são – trabalhadores. E, como não podia deixar de ser, essa definição crucial não constava do texto quando a versão final da diretiva relativa aos **trabalhadores das plataformas foi adotada**.

5.^a INCURSÃO: EXÉRCITOS DE LOBISTAS MOBILIZAM-SE NO PARLAMENTO EUROPEU

As campanhas de influência na UE que parecem mobilizar mais recursos são aquelas em que os lobistas das empresas tentam conquistar o Parlamento Europeu para a sua causa. Não é um problema para as empresas e as associações comerciais poderosas reunir um exército de lobistas para bater à porta dos deputados europeus. Dando apenas alguns exemplos: durante a pandemia de Covid, as empresas farmacêuticas tinham **290 lobistas** a trabalhar para elas nas instituições da UE, sem contar com os que contrataram temporariamente a empresas de *lobbying*. Em 2023, quando a regulamentação das grandes empresas tecnológicas estava no topo da agenda da UE, esse sector **gastou cerca de 113 milhões de euros em lobbying**. Este poder de ataque também se traduziu no acesso aos eurodeputados: nesse ano, 66% das reuniões declaradas sobre a Lei da IA foram com interesses corporativos, abafando outras vozes da sociedade civil ou do meio académico. A associação da indústria química, o CEFIC, gastou **10,7 milhões de euros** em 2023, sem contar com os orçamentos separados de *lobbying* das empresas associadas. Em geral, os números no registo de transparência da UE são provavelmente um cálculo por baixo, uma vez que são autodeclarados e não são verificados de forma independente.

Com milhões de euros à sua disposição, os grupos de pressão das empresas têm boas hipóteses de influenciar o Parlamento. Podem produzir dezenas de relatórios bem polidos, organizar eventos elegantes e marcar centenas de reuniões com deputados. Podem também trabalhar através dos clubes que criaram com deputados seleccionados para criar uma posição mais forte para si próprios. Esses clubes incluem o **Fórum dos Serviços Parlamentares Europeus**, criado por grandes instituições financeiras, e o **Grupo Kangaroo**, que promove os interesses da indústria do armamento, dos grandes bancos e da indústria farmacêutica.

Quando o exército de lobbies das empresas invade o Parlamento, muitas vezes não se trata apenas de fazer com que os deputados votem num sentido ou noutro. Os lobbies das empresas apresentam alterações aos projectos de lei da UE, que depois pedem aos deputados para apresentarem. Nalguns casos, mais de metade das alterações que vão a votos são, na verdade, escritas pelos lobistas e não pelos deputados. **Um exemplo** recente desta manobra foi quando o eurodeputado checo Ondřej Kovařík fez circular uma emenda a uma proposta sobre novas normas de poluição para os automóveis, que foi, na verdade, escrita pelo grupo de *lobby* automóvel ACEA..



DE COMO AS
GRANDES EMPRESAS
TECNOLÓGICAS
E FARMACÊUTICAS
E OUTRAS
INDÚSTRIAS
PODEM ENVIAR
UM EXÉRCITO DE
LOBISTAS

QATARGATE

O DINHEIRO COMPROU INFLUÊNCIA

Em Dezembro de 2022, a polícia belga revistou gabinetes do Parlamento Europeu, bem como as residências de vários deputados e assistentes. Foram apresentadas aos meios de comunicação social fotografias de malas cheias de euros em notas. Durante anos, um grupo de actuais e antigos eurodeputados trabalhou em estreita colaboração com os governos do Qatar e de Marrocos, para promover os interesses destes na UE. Isso incluiu trabalhar para evitar críticas ao historial relativo aos direitos humanos no Qatar, na preparação para o Campeonato do Mundo de Futebol em 2022, para afastar as críticas à ocupação do Saara Ocidental por Marrocos, e expandir as relações comerciais.

Segundo o *Politico*, entre 2018 e 2022, os eurodeputados deste grupo e os seus assistentes realizaram centenas de actividades de influência. O seu sucesso foi surpreendente: o grupo pode gabar-se de ter “neutralizado” nada menos do que seis resoluções parlamentares sobre o Qatar. Da mesma forma, um eurodeputado trabalhou em estreita colaboração com o Governo marroquino para impedir que o tema do Saara Ocidental fosse levantado. Os seus métodos parecem ter incluído um enorme abuso da sua posição na Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento Europeu.

O Qatargate causou um choque no Parlamento. Os casos de corrupção raramente vêm à tona e nunca houve nada tão flagrante como o escândalo do Qatargate. No entanto, para o Corporate Europe Observatory, não foi uma surpresa. Desde 2015 o observatório tem investigado a actividade de *lobbying* da UE por parte de regimes repressivos, e uma das nossas conclusões gerais foi a de que a falta de regras em matéria de transparência e ética deixa um espaço amplo para manipular a tomada de decisões.

Nesse sentido, o Qatargate é um escândalo de *lobbying*. A negligência em relação aos lobistas em geral preparou o caminho para as campanhas de influência dos regimes repressivos em particular – quer, neste caso, através de grupos de fachada e malas de dinheiro grosseiras, quer, noutros casos que seguimos, através de meios mais subtis, como a utilização de consultorias privadas para a representação de grupos de interesses – e resultou na influência destes sobre as posições do Parlamento Europeu.

Um registo honesto dos lobbies da UE, juridicamente vinculativo e abrangente, seria o mínimo necessário para ajudar a evitar casos como este. Um registo que fosse controlado e aplicado, garantindo ainda que tanto os cidadãos como os decisores políticos pudessem ter acesso a informações precisas sobre quem faz pressão junto da UE, por que razões e por que valor.

Apesar de, nas semanas que se seguiram ao Qatargate, o Parlamento Europeu ter conhecido uma maioria confortável a favor de uma reforma ambiciosa da regulamentação do *lobbying*, isso depressa se desvaneceu. Os eurodeputados conservadores levaram as conversações sobre a reforma para um processo de bastidores e, no final, sobreviveram muito poucas das alterações propostas. É evidente que não houve vontade política suficiente para proteger adequadamente o processo de decisão da UE contra influências indevidas. Daí continuar a ser necessário exercer pressão sobre os deputados e sobre a Comissão para que haja uma verdadeira transparência e ética em matéria de *lobbying*.

6.^a INCURSÃO: LOBISTAS ENCARREGADOS DA IMPLEMENTAÇÃO

Quando uma lei é adoptada, não é invulgar que aspectos cruciais da sua implementação sejam deixados para resolver mais tarde. O problema surge quando decisões importantes sobre a implementação, que exigem um sério escrutínio democrático, são tomadas em comités obscuros, como no caso das substâncias tóxicas utilizadas em grande escala pela indústria. Este cenário pode oferecer oportunidades adicionais aos lobistas das empresas para fazerem valer os seus interesses de formas imprevistas.

Um exemplo recente e proeminente é a luta sobre a utilização do glifosato – o componente ativo de herbicidas muito utilizados, como o Roundup. O glifosato é considerado «**provavelmente carcinogénico**» para os seres humanos pela Agência Internacional de Investigação do Cancro, parte integrante da Organização Mundial de Saúde. Tem também sido associado à perda de biodiversidade e à poluição das águas subterrâneas e dos solos. Mas na UE, a Bayer e outras empresas de pesticidas estão a lutar com unhas e dentes para o manter no mercado.

Um dos métodos dos lobistas consiste em manipular o sistema criado para aplicar a regulamentação. Por exemplo, quando se trata de obter uma autorização para vender um determinado pesticida, as empresas irão, por exemplo, desqualificar qualquer estudo independente que demonstre os danos causados pelo produto e financiar novos estudos que não os demonstrem, ou ainda estudos que utilizem metodologias desactualizadas.

Foi o que aconteceu aquando da recente reaprovação do glifosato pela UE: A Bayer e outros produtores de glifosato apresentaram **53 estudos** sobre a genotoxicidade do glifosato como parte do dossier de discussão. Todos estes estudos foram posteriormente analisados pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA). Os pareceres da EFSA são utilizados pelas instituições, nomeadamente pela Comissão. Se a EFSA der luz verde, como aconteceu com o glifosato, é muito provável que a Comissão vá atrás.

No entanto, dois peritos de renome na matéria dos ensaios de genotoxicidade investigaram os estudos apresentados e concluíram que nada menos do que 34 dos 53 dos estudos financiados pela indústria para apresentar à UE “não eram fiáveis”, e que outros 17 estudos eram apenas “parcialmente fiáveis”, devido a desvios substanciais às orientações de ensaio de produtos químicos da OCDE. Esta investigação revelou uma vulnerabi-



DE COMO
A INDÚSTRIA
MANIPULOU O
SISTEMA PARA
MANTER A
APROVAÇÃO DO
GLIFOSATO

lidade sistémica: tanto os reguladores nacionais como as autoridades da UE não parecem prestar grande atenção à qualidade dos estudos vindos da própria indústria.

Em Setembro de 2023, o glifosato foi aprovado pela Comissão por mais uma década, apesar de esta decisão não ter tido o apoio de muitos Estados-Membros da UE. Quando se trata de uma questão de implementação – e não de uma nova lei europeia – a Comissão desempenha o papel principal. Dada a dependência da Comissão em relação à EFSA e a capacidade da indústria de manipular o sistema, temos um grande problema também nesta fase do processo de decisão. A ONG PAN-Europe está agora a levar a Comissão a tribunal por causa da decisão sobre o glifosato, uma vez que a própria lei dos pesticidas da UE diz que a saúde e o ambiente devem prevalecer sobre os lucros das empresas.

7.^a INCURSÃO: AS EMPRESAS ALEGAM “CONCORRÊNCIA” PARA IMPEDIR REGRAS QUE LHES DESAGRADAM

A legislação da UE é frequentemente pouco clara, por vezes devido a compromissos políticos complicados presentes no texto. Cabe então à Comissão descobrir o sentido prático da lei e aplicá-la. É por isso que a Comissão passa um tempo interminável a controlar a legislação dos Estados-Membros.

Os grupos empresariais também acompanham de perto a evolução da regulamentação a nível nacional e, se considerarem que uma medida vai contra os seus interesses – e conseguirem argumentar que está em contradição com a legislação europeia – têm um mecanismo gratuito e poderoso à sua disposição: apresentar uma queixa à Comissão. E, com demasiada frequência, a Comissão actuará como um bulldog para obrigar os governos a submeterem-se.

Dois exemplos dos últimos anos dizem respeito às alterações climáticas e às companhias aéreas. O Governo francês propôs a **interdição de voos domésticos com menos de 250 km** como medida climática, uma vez que um voo doméstico consome sete vezes mais gases de efeito de estufa do que uma viagem de comboio. Na mesma linha, o Governo neerlandês considerou a possibilidade de reduzir o tráfego aéreo no enorme aeroporto **de Schiphol**, em Amsterdão, as companhias aéreas e os aeroportos ficaram furiosos com a perspectiva e pediram à Comissão que intervisse para impedir estas medidas. Em ambos os casos, a Comissão contactou rapidamente os governos em questão para intervir.

As queixas do sector foram bem-sucedidas: a decisão da Comissão no caso francês limitou a proibição a um período de três anos, e apenas para três das oito rotas que o Governo francês tinha identificado. No caso neerlandês, a intervenção da Comissão contribuiu para alterar a abordagem neerlandesa, e os planos de redução de Schiphol foram **integralmente abandonados**. Foi assim que as ideias sensatas dos Estados-Membros para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, o ruído e a poluição atmosférica foram travadas pela Comissão, que interveio, atendendo aos lobbies das empresas.



DE COMO AS
COMPANHIAS AÉREAS
E OS AEROPORTOS
FIZERAM A
COMISSÃO TRAVAR
AS MEDIDAS
CLIMÁTICAS

DE COMO OS GRUPOS DE PRESSÃO DAS EMPRESAS IMPEDIRAM INICIATIVAS ECOLÓGICAS CRUCIAIS

A atual Comissão iniciou o seu mandato com a Presidente Von der Leyen a anunciar o Pacto Ecológico Europeu. O plano foi fortemente influenciado por grupos de pressão empresariais, que promoveram uma série de falsas soluções (gás, hidrogénio sujo, captura de carbono, etc.) e garantiram que a UE continuaria a depender de um sistema de comércio de emissões que, desde a sua introdução em 2006, se tem revelado repetidamente ineficaz. Na realidade, grande parte do Pacto Ecológico Europeu (ou “pacto verde”) era mais um «**Pacto Cinzento Europeu**».

No entanto, o plano continha também elementos muito positivos, que não foram incluídos pelos lobistas das empresas, nomeadamente, uma série de leis para proteger o clima, o ambiente e a saúde pública. Mas nos últimos dois anos, os grupos de pressão da indústria lançaram uma ofensiva para sabotar as leis previstas no Pacto Ecológico para reduzir e substituir substâncias perigosas que prejudicam a saúde e os ecossistemas, incluindo os **pesticidas tóxicos** e **produtos químicos nocivos**. O *lobbying* agressivo e enganador das empresas e as manobras políticas de direita criaram uma reação anti-ambiental desastrosa. Isto envolveu deputados europeus, governos da UE e a própria Comissão, que retirou os planos para reduzir para metade a utilização de pesticidas e para proibir milhares de produtos químicos tóxicos, o que resultou no enfraquecimento e atraso de outras propostas, incluindo a promessa de proibir os produtos químicos mais nocivos nos produtos de consumo, que ainda não se concretizou.

Este é um prenúncio de políticas climáticas e de biodiversidade minadas por uma agenda “castanha”, e de novos níveis de elaboração de políticas favoráveis às grandes empresas por parte da próxima Comissão, uma vez que Von der Leyen pretende ser reconduzida no cargo. Um «**pacto industrial**» desenvolvido pelas empresas garantirá que a estratégia da UE funcione em prol de lucros mais elevados e porá fim aos progressos na regulamentação social e ambiental. Este recuo é o resultado do poder dos lobbies das empresas e não reflecte de modo algum os desejos dos cidadãos da UE – as sondagens de opinião revelam um forte apoio às políticas ambientais quando estas são realizadas de uma forma socialmente justa.

ESTÁ NA HORA DE ACABAR COM A CAPTURA CORPORATIVA

Ao longo dos anos, os escândalos relacionados com o peso dos lobbies levaram frequentemente a regras mais rigorosas em matéria de transparência, conflitos de interesses e ética nas instituições da UE. Embora se tenham registado alguns progressos, o panorama continua a ser deficiente e cheio de lacunas. O registo destinado a garantir a transparência não é juridicamente vinculativo nem devidamente aplicado, as regras relativas aos conflitos de interesses são quase inexistentes em alguns casos, e os antigos decisores continuam a poder juntar-se a grupos de pressão ou a empresas de lobbying, ainda que, por vezes, apenas passado um curto período de afastamento.

Embora o Corporate Europe Observatory e outras organizações da sociedade civil continuem a trabalhar no sentido de regulamentar a atividade dos lobbies – incluindo a promoção de um registo juridicamente vinculativo dos lobistas – é necessário ir mais longe. Reduzir o poder dos grupos de pressão das empresas sobre o processo de decisão – por outras palavras, acabar com a captura corporativa – requer mais do que transparência e códigos de ética, porque estes não põem em causa a cultura permissiva que vê as empresas como parceiros naturais e bem-vindos no processo de decisão da UE. São necessárias medidas que reduzam a presença dos lobistas empresariais – uma medida fundamental para pôr termo à captura corporativa.

A captura corporativa não é um fenómeno novo. Durante décadas, reconheceu-se que a indústria tabaqueira tinha um acesso demasiado fácil aos decisores políticos, que manobrou durante muito tempo para evitar uma regulamentação muito necessária. O interesse comercial da indústria do tabaco em vender um produto mortífero é claramente inconciliável com a criação de políticas de saúde de interesse público, o que significa que a preparação destas políticas deve ser protegida da influência deste lobby. Em 2005, isto levou à adopção da Convenção-Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco, que inclui um requisito para limitar ao mínimo a interação entre os lobistas do tabaco e os decisores.

Não é só o tabaco

No Corporate Europe Observatory, acreditamos que esta abordagem, adaptada às especificidades de cada sector ou de cada questão política, é a forma de pôr termo à captura corporativa e de voltar a trazer as instituições públicas para a democracia. Isto significa que são necessárias barreiras de proteção específicas para reduzir o acesso e a influência dos lobistas das grandes empresas na tomada de decisões. Em alguns sectores é especialmente urgente, sobretudo no que se refere à política climática e energética, que sofre com o acesso e a influência contínuos dos grupos de pressão dos combustíveis fósseis, que pretendem atrasar a eliminação progressiva das energias sujas. Para fazer face à emergência climática, **temos de retirar os interesses dos combustíveis fósseis da política**, à semelhança das restrições existentes para a indústria do tabaco. A solução é uma “barreira de proteção” para acabar com o acesso da indústria dos combustíveis fósseis ao processo de tomada de decisões: isso significa não haver reuniões de lobbies, não haver lugares reservados em organismos especializados e consultivos, e não haver um papel para os lobistas nos organismos governamentais de investigação.

Do mesmo modo, a necessidade de proteger a tomada de decisões sobre a segurança dos pesticidas e produtos químicos tóxicos dos interesses instalados das indústrias que com eles lucram é mais clara do que nunca, depois de a legislação europeia prevista para o Pacto Ecológico ter sido sabotada por lobbies agressivos do sector (ver caixa). Para acelerar uma ação relativa à crise da poluição, é tempo de erguer uma barreira anti-lobby, que proteja os decisores da influência das indústrias de pesticidas e de produtos químicos.

Nos últimos anos, tornou-se cada vez mais claro que as grandes empresas tecnológicas se tornaram demasiado grandes para ser regulamentadas. Chegou o momento de restringir a interferência das “Big Tech” no processo de decisão da UE, a começar pelos gigantes digitais como a Meta, a Google e a Amazon, que adquiriram um poder de monopólio e operam com um modelo de negócio destrutivo, que vai desde a manipulação de eleições democráticas e a criação de uma dependência das redes sociais até à pressão sobre as pequenas empresas e à repressão dos direitos dos trabalhadores.

Há também um problema gravíssimo com a captura corporativa da política de medicamentos, e uma necessidade urgente de proteger a elaboração destas da influência indevida da indústria farmacêutica. A estratégia da UE em relação às vacinas veio agravar ainda mais estes problemas. Já é tempo de a UE reconhecer que tomar o partido da “Big Pharma” e ceder às suas exigências de proteção de monopólios é desastroso para o acesso a medicamentos a preços acessíveis e contribui muito pouco para o desenvolvimento de novos medicamentos.

Para evitar que os próximos cinco anos se tornem uma era desastrosa, com níveis sem precedentes de captura corporativa, precisamos de um grupo forte de eurodeputados progressistas que estejam determinados a enfrentar o grande as grandes empresas e a exigir barreiras para proteger a tomada de decisões democráticas. Para criar um verdadeiro impulso que faça recuar o poder dos lobbies, é fundamental que estes problemas – e as suas soluções – se tornem assuntos muito discutidos nos debates eleitorais e políticos em toda a UE.

O QUE PODE VOCÊ FAZER? COMO CANDIDATO A DEPUTADO EUROPEU, PODE:

- Destacar o problema da captura corporativa (em geral ou com exemplos específicos) na sua campanha eleitoral e apresentar aos eleitores o que vai fazer para proteger a tomada de decisões democrática se for eleito.
- Ler, reproduzir e apoiar a lista de exigências abaixo sobre a prevenção da captura corporativa.
- Questionar outros candidatos a eurodeputados que tomaram o lado das grandes empresas no processo de decisão da UE e permitiram a captura corporativa.
- Desafiar outros candidatos a eurodeputados a comprometerem-se a proteger a tomada de decisões democrática contra a captura corporativa.

No Corporate Europe Observatory, estamos disponíveis para prestar apoio e cooperação, por isso não hesite em contactar-nos com quaisquer perguntas ou sugestões que possa ter. Produzimos também uma série de pequenos boletins informativos sobre a captura corporativa em questões específicas das políticas da UE. Após as eleições, estamos disponíveis para colaborar, por exemplo, com sugestões de iniciativas concretas para controlar o poder de *lobbying* das empresas.

RUMO A UMA OUTRA EUROPA:

1. Em cada matéria decidida nas instituições da UE, os decisores devem opor-se aos lobbies das grandes empresas e **defender os cidadãos e o interesse público**, assegurando uma forte proteção social e ambiental.
2. São necessárias **medidas de proteção** (inspiradas nas regras das Nações Unidas para os grupos de pressão do tabaco) para proteger o processo de decisão a nível nacional e da UE da influência nociva dos lobbies das indústrias dos combustíveis fósseis e dos produtos tóxicos, bem como da interferência política dos gigantes da tecnologia (em especial a GAFAM), que têm um modelo de negócio irresponsável e um historial de *lobbying* enganoso.
3. Em todos os sectores, é crucial acabar com o acesso privilegiado ao processo de decisão da UE: são necessárias **regras fortes para todos os Comissários e funcionários da Comissão** para evitar o domínio dos interesses empresariais, tanto na composição dos grupos consultivos como em termos de reuniões de lobbies. Essas regras são igualmente necessárias para os processos de decisão do Conselho.
4. **Poluidores fora, pessoas dentro**: paralelamente à restrição do acesso e da influência dos grandes poluidores, os decisores devem criar novas formas de participação dos cidadãos, alargando os meios de obter os seus contributos, envolvendo, em particular, grupos atualmente sub-representados e diretamente afectados. A democratização do processo de decisão é necessária a todos os níveis da sociedade: local, nacional e comunitário.
5. A UE precisa de um **registo juridicamente vinculativo de transparência** dos grupos de interesses, com melhores requisitos de informação, recursos suficientes, capacidade para investigar e sancionar adequadamente os casos de incumprimento, e uma aplicação rigorosa e pró-transparência da legislação da UE em matéria de liberdade de informação, incluindo a abertura dos trabalhos do Conselho e dos seus grupos dedicados. Na sequência do Qatargate e de outros escândalos, há muito que se impõe a divulgação total de todas as formas de *lobbying* exercidas na UE por regimes repressivos.
6. O número de funcionários da Comissão obrigados a **divulgar proactivamente as reuniões com os lobistas** deve ser alargado: em vez de se limitar aos 300 funcionários de topo, todos os funcionários da Comissão que são alvo de pressão devem ser abrangidos por estas obrigações de transparência.
7. Deverá ser implementado **um período de afastamento significativo para os deputados ao Parlamento Europeu** (pelo menos dois anos) antes de passarem a exercer actividades de *lobbying*, bem como a exigência de uma divulgação financeira rigorosa dos rendimentos paralelos, limites estritos aos segundos empregos dos deputados do Parlamento Europeu (proibindo todos os empregos paralelos em empresas e grupos que exerçam actividades de *lobbying* junto da UE).
8. **Os candidatos devem tomar uma posição contra a pressão neoliberal para a desregulamentação**: isto deve incluir a eliminação do Comité de Controlo da Regulamentação e de outros obstáculos ao progresso na proteção social e ambiental.

COMO DEFENDER O PROCESSO DEMOCRÁTICO DE TOMADA DE DECISÕES DA CAPTURA CORPORATIVA?



SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

FACEBOOK X/EX-TWITTER INSTAGRAM YOUTUBE



MASTODON BLUESKY THREADS LINKDIN



CONTACTOS

Mundo Matongé
Rue d'Edimbourg 26
1050 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 (0)2 893 0930
Email: info@corporateeurope.org
www.corporateeurope.org

Registo de Transparência
dos Lóbis da UE:
5353162366-85

